TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo SEI nº 154.00001633/2025-66
Contrato nº 65/2025 - PUSP-FC

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" E A EMPRESA FORTRAC VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE TRATORES E PULVERIZADOR AGRÍCOLA.

Aos **05** dias do mês de **setembro** do ano de **2025**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da **PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA"**, C.N.P.J. nº 63.025.530/0054-16, neste ato representada pelo seu Prefeito de Campus USP, Prof. Dr. Arlindo Saran Netto, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8.321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **FORTRAC VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.,** CNPJ nº **46.986.386/0001-53,** sediada à **Rua dos Tuiuiús, 450 – Bairro Pompéia – Piracicaba/SP,** representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **TRATORES E PULVERIZADOR AGRÍCOLA,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Trator agrícola 4 cilindros turbo alimentado a Diesel, sistema de injeção mecânica, potência mínima de 78 cv, tanque de combustível de no mínimo 140 litros, reserva de torque mínima de 25%, Transmissão 12 velocidades a frente e 12 a ré, com reversor	455702	Unidade	1	R$ 248.600,00	R$ 248.600,00

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

	mecânico, pneus dianteiros 12.4-24 R-1 novos e traseiros 18.4-30 R-1 novos, cabinado de fábrica com ar condicionado, embreagem com disco duplo seco cerametálico com acionamento mecânico, tração dianteira eletro-hidráulica, sistema hidráulico com bomba com vazão mínima de 44 l/min, capacidade mínima de levante no olhal de no mínimo 3600 Kg, com mínimo 2 válvulas remotas, sendo 1 com função "Float", direção hidrostática independente com bomba com vazão mínima de 26 l/min, sistema elétrico com alternador de no mínimo 110 amperes, bateria mínima de 95 amperes 12 volts, tomada de força independente com acionamento mecânico 540 rpm, eixo com 6 estrias, freios a disco em banho de óleo, freio estacionário manual independente, pesos frontal 4x40 Kg e traseiros 4x 50 Kg, com entrega técnica, filtros e lubrificantes para 3 revisões periódicas, garantia mínima de 1 ano. **Marca: New Holland** **Modelo: TL 5.80**					
2	Trator agrícola 4 cilindros turbo alimentado a Diesel, sistema de injeção mecânica, potência mínima de 88 cv, tanque de combustível de no mínimo 140 litros, reserva de torque mínima de 25%, Transmissão 20 velocidades a frente e 12 a ré com super redutor, com reversor mecânico, pneus dianteiros 14.9-24 R-1 novos e traseiros 18.4-34 R-1 novos, cabinado de fábrica com ar condicionado, embreagem com disco duplo seco cerametálico com acionamento mecânico, tração dianteira eletro-hidráulica, sistema hidráulico com bomba com vazão mínima de 44 l/min, capacidade mínima de levante no olhal de no mínimo 3600 Kg, com mínimo 2 válvulas remotas, sendo 1 com função "Float", direção hidrostática independente com bomba com vazão mínima de 26 l/min, sistema elétrico com alternador de no mínimo 110 amperes, bateria mínima de 95 amperes 12 volts, tomada de força independente com acionamento mecânico 540	620602	Unidade	1	R$ 270.000,00	R$ 270.000,00

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

	rpm, eixo com 6 estrias, freios a disco em banho de óleo, freio estacionário manual independente, pesos frontal 4x40 Kg e traseiros 4x 50 Kg, equipado com conjunto de lâminas, pá e suporte de big bags dianteiras com bomba independente e comando por joystick, com entrega técnica, filtros e lubrificantes para 3 revisões periódicas, garantia mínima de 1 ano. **Marca: New Holland** **Modelo: TL 5.90**					
7	Pulverizador agrícola auto propelido, com motor 6 cilindros turbo intercooler diesel, com potência mínima de 170 cv, tanque de combustível de no mínimo 300 litros, transmissão tipo hidrostática com 3 marchas, tração integral nas 4 rodas com motores hidráulicos independentes, com velocidade máxima de transporte de 45 km/h, com barras de no mínimo 24 metros, com porta bicos trijet espaçados em 50 cm com pontas leque 110 01 AXI, leque 110 02 AXI e cônico TXA 80015 VK , com altura variável de 0,60 m a 2,2 metros, com no mínimo 8 seções de barras com corte automático, tanque de produto de no mínimo 2500 litros, e tanque de água limpa de no mínimo 250 litros, com controle automático da altura das barras, com bomba de produto centrífuga de aço inox com vazão mínima de 450 l/min, com variação de bitola eletro-hidráulico por pistão, com 4 pneus 320/90 R42 novos, com bitola variável de 2,5 m a 3,05 m, com cabine pressurizada com filtro de carvão ativado, escada de acesso, câmera de ré e luzes de trabalho, entrega técnica e treinamento dos operadores de no mínimo 8 horas e filtros e lubrificantes para 3 revisões periódicas, com catálogo de peças de reposição em português, garantia mínima de 1 ano. **Marca: New Holland** **Modelo: Defensor 2500**	614371	Unidade	1	R$ 1.349.000,00	R$ 1.349.000,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Edital da Licitação - **PREGÃO nº 13/2025 - PUSP-FC**

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinaturadigital.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

1.3.2. Termo de Referência;

1.3.3. Proposta Comercial datada de **30/06/2025**;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O **prazo de entrega** dos bens é de **120 (cento e vinte) dias** e o **prazo de vigência** da contratação é de **240 (duzentos e quarenta) dias,** ambos contados da **data de 10/09/2025**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O **valor total** da contratação é de **R$ 1.867.600,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais),** de acordo com as quantidades e preços indicados/estimados na **CLÁUSULA PRIMEIRA**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da Portaria GR nº 8249/2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **07/04/2025**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

R = Po . [(IPC / IPCo) - 1]

Onde:

R = parcela de reajuste.

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC / IPCo = variação do **IPC FIPE** - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO,** designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.

8.1.5. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.7.1. A Administração terá o prazo de **05 (cinco)** dias**,** a contar da conclusão da instrução do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **30 (trinta)** dias**,** a contar da conclusão da instrução do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

9.1.1. Entregar o objeto e, quando aplicável, disponibilizar, por meio virtual ou físico, o manual do usuário, com uma versão em português, e a relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.3. Comunicar ao **CONTRATANTE**, previamente ao término do prazo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e correspondente pedido de prorrogação, nos termos do art. 6º da Resolução USP nº 8.548/2023.

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinatura.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, quando aplicável.

9.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável.

9.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.

9.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.

9.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.

9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c) dar causa à inexecução total do contrato.

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

ii. **Multas** aplicadas e calculadas nos termos da Resolução USP nº 8548/2023.

iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.1. A aplicação das multas será realizada conforme o disposto a seguir, nos termos da Resolução USP nº 8548/2023:

a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.

II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.

b) A multa moratória, é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinatura.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

III. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

IV. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Resolução USP nº 8548/2023.

c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea "b" – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa o **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto.

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).

11.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

11.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

11.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis).

11.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

11.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (http://www.esancoes.sp.gov.br).

11.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas. e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: **Prefeitura do Campus USP "Fernando Costa"**
II. Fonte de Recursos: **Tesouro**
III. Programa de Trabalho: **Orçamento 2025**
IV. Elemento de Despesa: **4.4.90.52.10 e 4.4.90.52.34**
V. Plano Interno: **Planejamento da Unidade**
VI. Nota de Empenho: **04856405/2025 e 04856413/2025**

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, c*aput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

Pirassununga, 05 de setembro de 2025.

_____

Prof. Dr. João Adriano Rossignolo
Representante legal do **CONTRATANTE**

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

MICHEL CHOAIRY:35110346801

Assinado de forma digital por MICHEL CHOAIRY:35110346801
Dados: 2025.09.08 13:54:41 -03'00'

Michel Choairy
Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1 - Silvia Assunção Mathias Gonçalves

2 - José Carlos Lázaro

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinaesp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE: PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA"
CONTRATADO: FORTRAC VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 65/2025
OBJETO: FORNECIMENTO DE TRATORES E PULVERIZADOR AGRÍCOLA

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s).
e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e **DATA**: Pirassununga, 05 de setembro de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Cargo: Reitor
CPF: 075.130.298-81

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypolito de Araujo e Adelson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinatura.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome: Prof. Dr. João Adriano Rossignolo
Cargo: Prefeito De Campus USP
CPF: 070.524.778-30
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pela **CONTRATANTE**:
Nome: Prof. Dr. João Adriano Rossignolo
Cargo: Prefeito De Campus USP
CPF: 070.524.778-30
Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:
Nome: Michel Choairy
Cargo: Diretor Comercial
CPF: 351.103.468-01
Assinatura: _____

MICHEL CHOAIRY:35110346801
Assinado de forma digital por MICHEL CHOAIRY:35110346801
Dados: 2025.09.08 13:55:24 -03'00'

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Prof. Dr. João Adriano Rossignolo
Cargo: Prefeito De Campus USP
CPF: 070.524.778-30
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: Fernando Hypólito de Araújo
Cargo: Chefe Técnico de Divisão - Produção Agropecuária
CPF: 273.000.018-66
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Responsável pela Licitação - Pregoeiro
Nome: Adeilson Luiz Eugenio
Cargo: Chefe de Seção - Compras
CPF: 190.434.138-10
Assinatura: _____

Este documento foi assinado digitalmente por João Adriano Rossignolo, Jose Carlos Lazaro, Silvia Assuncao Mathias Gonçalves, Fernando Hypólito de Araújo e Adeilson Luiz Eugenio.
Para verificar as assinaturas ao site https://usp.assinatura.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3C35-A28A-281C-4A42.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma USP - Universidade de São Paulo. Para verificar as assinaturas clique no link: https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/3C35-A28A-281C-4A42 ou vá até o site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3C35-A28A-281C-4A42

Hash do Documento

D5130F40BC43E1B3E8ED332DA46A5BA11F9DDFEDBC9E7285411DE79EACB1DFAB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/09/2025 é(são) :

- Adeilson Luiz Eugenio - 190.434.138-10 em 08/09/2025 16:14 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- João Adriano Rossignolo - 070.524.778-31 em 08/09/2025 16:14 UTC-03:00
  Nome no certificado: Joao Adriano Rossignolo
  Tipo: Certificado Digital
- Jose Carlos Lazaro - 963.873.198-20 em 08/09/2025 16:15 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Silvia Assuncao Mathias Gonçalves - 177.723.318-60 em 08/09/2025 16:15 UTC-03:00
  Nome no certificado: Silvia Assuncao Mathias Goncalves
  Tipo: Certificado Digital
- Fernando Hypolito de Araujo - 273.000.018-66 em 09/09/2025 15:13 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital